

GIUCELLY PALMEIRA DANTAS TEODOSIO CAVALCANTE

**AS RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO E OS PROCESSOS DE
LIBERTAÇÃO DA VÍTIMA SEGUNDO A FILOSOFIA DE ENRIQUE
DUSSEL**

MACEIÓ-AL, 14/11/17

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDU

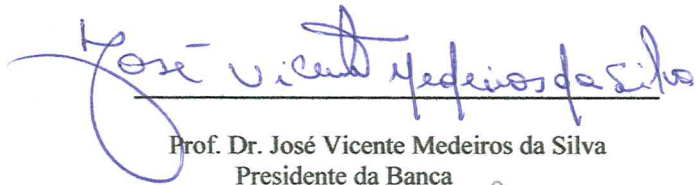
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO “LATO SENSU” EM FILOSOFIA E EDUCAÇÃO –
2016/2017
(RESOLUÇÃO nº 26/2015 de 04/05/2015)

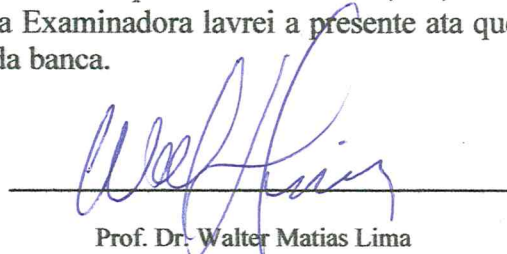
ATA DE AVALIAÇÃO DE DEFESA DE TRABALHO DE
CONCLUSÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
FILOSOFIA E EDUCAÇÃO – VIA DO ALUNO

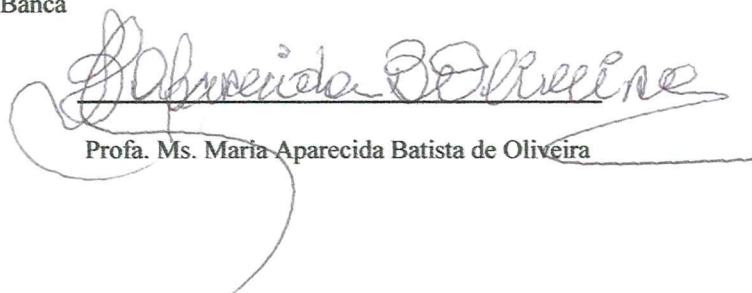
Aos **14 dias** do mês de **novembro de 2017** foi instalada a Sessão de Defesa de Trabalho de Conclusão – TCC do Curso de Especialização em Filosofia e Educação, ofertado pelo Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas, às 17h, na Sala de Seminários da mesma instituição, a que compareceu a discente **Giucelly Palmeira Dantas Teodosio Cavalcante**, apresentando o trabalho: “ **As relações de dominação e os processos de libertação da vítima na filosofia de Enrique Dussel**” , tendo como componentes da Banca Examinadora os professores Dr. José Vicente Medeiros da Silva (Presidente), Dr. Walter Matias Lima e Ms. Maria Aparecida Batista de Oliveira. Submetido à avaliação da Banca examinadora composta pelos professores:

1. Prof. Dr. José Vicente Medeiros da Silva (ARAPIRACA/UFAL).
2. Prof. Dr. Walter Matias Lima (CEDU/UFAL)
3. Profa. Ms. Maria Aparecida Batista de Oliveira (ICHICA/UFAL)

Obtendo a média final 8,0 (nota) tendo sido considerado aprovado por esta Banca Examinadora. E por estar conforme, eu, José Vicente Medeiros da Silva, Presidente da Banca Examinadora lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos demais membros da banca.


Prof. Dr. José Vicente Medeiros da Silva
Presidente da Banca


Prof. Dr. Walter Matias Lima


Profa. Ms. Maria Aparecida Batista de Oliveira

AS RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO E OS PROCESSOS DE LIBERTAÇÃO DA VÍTIMA SEGUNDO A FILOSOFIA DE ENRIQUE DUSSEL

Giucelly Palmeira Dantas Teodosio Cavalcante¹

cellypdtc@hotmail.com

Orientador (a): Prof. Dr. José Vicente Medeiros da Silva²

vicentemedeiros21@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade abordar as questões relacionadas ao processo de dominação e libertação das vítimas (as mulheres, os jovens, negros, índios, etc.) na filosofia da libertação de Dussel, pontuando as formas como essa dominação acontece e os caminhos a ser percorridos para que essa libertação aconteça. A discussão acerca dessa temática é de suma importância, visto que os processos de dominação estão presentes em todas as esferas administrativas e em todas as formas (econômicas, sociais, culturais e educacionais). Discutir as relações de dominação e os processos de libertação e entendimento do “outro como outro” e não como “não ser”, faz-se importante na contemporaneidade. Para a construção do artigo foram utilizadas as metodologias de abordagem qualitativa e procedimentos da pesquisa bibliográfica em algumas das obras do filósofo Enrique Dussel.

Palavras-chave: Dussel; Práxis; Libertação; Dominação; Vítima.

ABSTRACT.

This article aims to address issues related to the process of domination and liberation of the victims (women, youth, blacks, Indians, etc.) in Dussel's liberation philosophy, noting the ways in which this domination takes place and the ways be covered for this release to take place. The discussion about this theme is of the utmost importance, since the processes of domination are present in all administrative spheres and in all forms (economic, social, cultural and educational). To discuss the relations of domination and the processes of liberation and understanding of the "other as another" and not as "not to be", becomes important in the contemporary world. For the construction of the article we used the methodologies of qualitative approach and procedures of the bibliographic research in some of the works of the philosopher Enrique Dussel.

Keywords: Dussel; Praxis; Release; Domination; Victim

¹ Graduada em pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL e discente do Curso de Especialização em Filosofia e Educação do Centro de Educação- CEDU-PPGE

² Graduação (1990) e Especialização (2000) em Filosofia – UFAL, Teologia pela UCP (1997). Mestre em Filosofia (UFPE - 2005). Doutor em Filosofia pela (UFPB - 2012). É professor adjunto da UFAL. Atuando principalmente nos seguintes temas: ética, alteridade, educação, libertação, política, E. Dussel. Lévinas.

Introdução

Enrique Dussel nasceu em Mendonza na Argentina em 1934. Graduou-se em filosofia na universidade de Cuyo e partiu para a Espanha, onde fez o seu doutorado. Sua estadia na Espanha o fez enxergar as influências europeias sobre os latino-americanos e com isso, identificar na exterioridade a consciência do não-europeu, ou seja, a vítima do eurocentrismo. Após o termino do seu doutorado viajou para Israel onde passou dois anos que o fizeram compreender diversos processos de opressão. No final da década de 60 mudou-se para Paris fez licenciatura e doutorado em teologia, aprimorando seus estudos acerca da alteridade, baseado na teoria de Lévinas. Após algumas décadas volta a morar na Argentina e a lecionar na universidade de Cuyo, no entanto, devido às tentativas de desestruturar o discurso totalitário a partir da Filosofia da Libertação e superação da ontologia europeia é expulso e exilado no México.

Dussel nos transmove para uma realidade cruel, onde são estabelecidos os métodos de dominação e opressão, nos mostrando, a partir de suas teorias, o caminho a ser trilhado para se alcançar a libertação. Caminho esse que só acontece, se houver mediação e compreensão para conduzir a vítima a uma nova realidade e um mundo com novos sentidos. Sendo assim, é possível a vítima se enxergar na exterioridade e reagir a ela? Será a práxis de libertação a tabua de salvação para os dominados? A responsabilidade, liberdade e consciência ética são as ferramentas capazes de construir uma isonomia financeira e educacional? A educação ofertada nas instituições de ensino será capaz de possibilitar a antifetichização nos oprimidos? O oprimido é o único responsável pela sua libertação?

As indagações são pertinentes com a realidade excludente e alienada da vítima, apontando ações proporcionadas pela práxis de dominação imposta pelo sistema vigente e sua autoafirmação na estrutura social. As análises e discussões acerca da filosofia da libertação são essenciais para a compreensão da práxis de dominação latino-americana. Daí a origem do nosso tema, que busca a partir das inquietações, inteirar a vítima do seu status quo no processo de dominação e do nosso objeto de estudo que é analisar o processo de dominação e libertação da vítima no sistema vigente, enfatizando o seu papel na exterioridade.

Para Dussel essa exterioridade a que somos submetidos nada mais é do que a soberania do centro³ (Europa) sobre a periferia⁴ (América Latina.); do dominador sobre o dominado; do opressor sobre o oprimido; do capitalismo sobre a força de trabalho. Para tal elucidação, Dussel nós brinda com a práxis da libertação que “é um trabalho que se realiza pelo outro na responsabilidade para a sua libertação” (DUSSEL, 1977^a, p.69-70). Porém, essa libertação carece de condições básicas, apontadas por Dussel (1977a) como o torna-se ateu do sistema, antifetichista e respeitar o outro como outro e não como vítima. Ou seja, negar tudo que é imposto pelo totalitarismo, ressignificando a realidade a partir da alteridade.

As metodologias utilizadas na construção do artigo foram de método indutivo, com abordagem qualitativa e procedimentos técnicos de pesquisas bibliográficas nas obras de: Dussel (1977a); (1977c); (1994); (2015); Clara (2014) e contextualizando com outros autores que discutem a temática. Quanto à relevância científica e social do artigo, apontamos a importância da discussão temática dusselina para a construção da consciência ética a partir da práxis libertadora e o descortinamento das vítimas no sistema vigente.

A partir da hipótese de que todos os latino-americanos precisam conhecer a filosofia e ética da libertação dusselina, selecionamos algumas categorias a serem discutidas no artigo, por acreditarmos em sua relevância sócio-econômico-histórico e cultural. O propósito é o descortinar da dominação europeia implícita em todas as esferas administrativas e espaços geográficos. Espaços esses, onde as vítimas são desumanizadas, dominadas e excluídas em sua materialidade. Para essa análise destacamos as seguintes categorias: Práxis de Libertação e Práxis de Dominação; Consciência Ética e Consciência Moral; A vítima e o seu processo de libertação; Responsabilidade e Libertação para a formação humana e Educação e Fetichismo.

Práxis de Dominação e Práxis de Libertação

A práxis é discutida em diversos campos das ciências, pertencentes a variados contextos e por isso, com definições diferentes. Antes de discutirmos as Práxis de Dominação

³ O centro na teoria da filosofia da libertação representa a Europa como superior nos aspectos culturais, sociais, econômicos, educacionais, etc. Ou seja, a soberania do colonizador sobre o colonizado.

⁴ Todos os países que compõem o terceiro mundo, como oprimidos, alienados, fetichizados, etc. Porém, na filosofia da libertação da América latina, nos limitamos apenas a mesma como periferia.

e Libertação, faz-se necessário apresentar à práxis que iremos discutir durante todo o percurso teórico que é:

É um “ato” que uma pessoa, um sujeito humano realiza, mas que se dirige diretamente a outra pessoa (um aperto de mão, um beijo, um diálogo, um golpe) ou indiretamente (por intermédio de algo: por exemplo, repartir um pedaço de pão; o pão não é pessoa, mas se reparte para outra pessoa). A práxis é a maneira atual de estar em nosso mundo frente ao outro; é a presença real de uma pessoa ante outra [...] Práxis é a relação prática entre pessoas (DUSSEL, 1994, p.18).

A práxis é o enxergar o outro como outro e não como parte de um processo civilizatório e econômico imposto pelas classes dominantes. É uma prática original e ética onde não existe o “ser” e o “não ser”, pois todos são iguais em todos os sentidos. A origem do ethos dominação se deu através da perversão, do ódio e da negação da alteridade do outro. Para Dussel a vítima na América Latina são os oprimidos pelo capitalismo, que com a democrática globalização, contribuiu para o aumento na produção de vítimas. “O oprimido é o pobre na política (pessoas, classe, nação); a mulher na erótica machista; a criança, a juventude, o povo na pedagógica de dominação cultural (DUSSEL, 1977^a, p. 248).

O totalitarismo extrai da vítima a submissão a partir da força de trabalho, leis, obediência, submissão e comportamento moral por ser o sistema vigente e a psicose o encucamento da inferioridade financeira, cultural, religiosa, educacional e intelectual das vitimas. Na práxis de dominação, “o senhor exerce seu poder atual sobre o servo por meio do agir opressor” (DUSSEL, 1977a, p. 60). A negação do outro como outro é fator preponderante para a Práxis de Dominação, fazendo com que as vitimas, sejam violentadas pelas intolerâncias (femicídio, uxoricídio, filicídio, fraticídio, homofobia, xenofobia, misoginia, racismo, pedofilia, intolerâncias religiosa, sexual, contra pessoas deficientes, etc.).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em parceria com o Fundo Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) os índices de violência de todos os tipos, estão crescendo contra as vítimas no Brasil. No entanto, destacamos duas categorias de violência, que são as contra mulheres com 4.621 assassinatos em 2015 e os jovens entre 12 e 29 anos, onde a cada 100 homicídios 71 são de homens/jovens negros. Destacamos aqui apenas os negros e as mulheres que representam apenas parte das categorias de vítimas em Dussel.

As vítimas são distintas quanto à parte histórica, geopolítica, econômica, cultural, social, de gênero, espaço, entre outros, pois são submetidas a formas de opressão que variam de acordo com os modelos políticos e administrativos mundiais. As vítimas da América Latina são oprimidas pelo capital que aliena o trabalhador, escravizando de forma orgânico-vegetativa usando as funções mentais para cometer essa manipulação. Ou seja, as funções mentais são usadas na inculcação de que para manter a parte vegetativa o oprimido deve se sujeitar a determinadas situações, caso contrário não terá comida, roupa e nem onde dormir. O nível mental se contrapõe ao vegetativo para que o sujeito aceite a justificativa de que sua sobrevivência e desempenho é responsabilidade apenas do próprio indivíduo e não do opressor que manipula, coisifica, aliena, nega e funda o “não ser”.

Identificamos as vítimas cotidianamente nas ruas e a exclusão a partir da negação do outro, na figura dos sem teto, comida e dignidade, ao ignorarmos por acreditar que não é problema nosso. Na saúde com o desvio de recursos e licitações fraudulentas que beneficiam o opressor e nas enormes e diárias filas existentes nos postos de saúde, onde o povo clama por atendimento médico ou realização de exames. Na política com o superfaturamento de obras, saqueamento dos cofres públicos, enriquecimento ilícito e o descaso com o dinheiro e com os cidadãos, visualizado nas mídias cotidianamente.

Na educação, por exemplo, o novo modelo educacional da Base Nacional Comum Curricular, pautado em países desenvolvidos como França, Austrália, Portugal e Inglaterra, o discurso opressor é explicitado em que todos terão acesso ao ensino de qualidade equiparado ao da Europa (centro), como se modelos importados representassem o que as vítimas das redes de ensino público necessitam. No entanto, não é preciso análises profundas, para enxergar o fracasso, assim como aconteceu com todas as reformas e modelos educacionais importados por governos desde a colonização.

É evidente que o insucesso se dá pelo simples fato de não enxergar “a vítima” em sua transcendentalidade, com isso, a exclusão, dominação e alienação são cada vez mais consolidadas no Brasil. Falta-se o respeito que “é o silêncio, mas não silêncio daquele que nada tem a dizer, e sim daquele que tem que escutar tudo, porque nada sabe do outro como outro” (Dussel, 1977a, p. 65). A filosofia da libertação pensa a realidade, materialidade, corporalidade da vítima, que tem fome, sente dor, frio, tristeza entre outros.

O processo de libertação da vítima se dá a partir da mediação da proximidade que permite enxergar o outro anterior ao mundo, da razão que abarca o fundamento e a diferença, da responsabilidade com a vítima que se encontra na exterioridade diante do sistema, da comiseração que busca por justiça que ama o outro como outro e não como vítima, da consciência ética na capacidade de ouvir o outro para além do sistema vigente, do respeito como posição metafísica que, “é saber pensar o mundo desde a exterioridade alternativa do outro; é saber pensar o sistema, o mundo, a partir da negatividade ontológica” (DUSSEL, 1977a, p.54).

Para isso, Dussel aponta o princípio de libertação da vítima que possui dois momentos o negativo e o positivo. O momento negativo é a afirmação da luta da periferia contra a negação sofrida pelo centro, e o positivo é a construção de uma nova realidade, nova estrutura, um novo mundo, que surge a partir da consciência ético-crítica da comunidade de vítimas, com a superação da ontologia europeia e do populismo ingênuo (que surgiu a partir de 1930 com a descentralização política, o discurso nacionalista e o falso processo democrático). Reconhecer-se na exterioridade do sistema vigente é característica fundamental para identificar os processos de opressão econômica, histórica, cultural e social sofridos pela vítima.

A práxis de libertação é a ética da vida, é o movimento que a comunidade de vítimas deve exercer para romper com a alienação e adentrar nas brechas ou crises existentes no sistema vigente (capitalismo) e lutar pela vida, negando a negação material e afirmando a saída da opressão e construção de um mundo novo, uma nova realidade, uma filosofia da libertação na América Latina “onde cada sujeito seja responsável pela sua própria liberdade” (SILVA, 2012, p.175). E a Práxis de Dominação são os sistemas vigentes (capitalismo) totalitários que nos aprisionam, fetichiza, oprimem e alienam.

Consciência Moral e Consciência Ética

Apesar das confusões entre os conceitos de ética e moral, Dussel deixa claro o papel que cada uma desempenha no sistema vigente. Para Dussel (1994, p, 63-64) “o ético não é regido pelas normas morais, pelo que o sistema indica como bom; rege-se pelo que o pobre reclama, pelas necessidades do oprimido, pela luta contra a dominação”. Explicitando ainda

que “o ético é assim transcendental ao moral”. Por isso, a consciência ética é a capacidade de ouvir a voz do outro e de ir além do sistema vigente, rompendo com os paradigmas postos, e que permanecem violentando o pobre, que não é o “não ter” bens. Não. “É ter sido despojado do fruto do seu trabalho a partir da dominação objetiva do pecado”. (DUSSEL, 1994, P. 34).

Para Dussel (1994, p, 64) “as morais são relativas [...] cada uma justifica a práxis de dominação como boa. Quanto que a ética é uma, é absoluta: vale em toda situação e para todas as épocas.” Sendo assim, fica evidente que a moral é o estatuto que cada comunidade, país, cidade, estado, igreja, etc., destinada ao cumprimento de suas regras. “Deste modo, a consciência “moral”, a partir dos princípios morais do sistema dominador, cria uma consciência tranquila, que não dói, ante uma práxis que o sistema aprova, mas que pode ser perversa, de dominação” (DUSSEL, 1994, P.46). Quanto que a consciência ética “é saber “abrir-se” ao outro e levá-lo a sério, é a responsabilidade pelo outro ante o sistema”. (DUSSEL, 1994, p. 52).

Em outras palavras a consciência ética representa o direito do pobre, da vítima, do oprimido, do diferente, de ser respeitado, ouvido e compreendido como sujeito ontológico, enquanto que a consciência moral nega a possibilidade de libertação, ao utilizar-se de fundamentações teológicas ao defender que:

Ninguém é culpado pela pobreza do pobre; nenhuma falta de nenhuma liberdade é a fonte criadora da injustiça. O “pobre” é pobre por inclinação natural, por má disposição do seu corpo ou da sua alma, por vagabundagem, por falta de virtude, ou simplesmente por má sorte (do destino ou da providência). Uma teologia da resignação justifica o fato de alguém ser “pobre” ao dizer: “Deus quis assim” (DUSSEL, 1994, p. 46).

Em nome de Deus muitos opressores concretizam suas opressões, e por isso atrocidades são cometidas em todos os lugares e de várias formas. A consciência moral vigente conduz o pobre à aceitação, baseado na fé, por isso a mesma contribui para os processos de dominação, pois “crer é lançar-se no vazio porque o outro afirmou que no fundo do abismo há água e não corre perigo” (DUSSEL, 1977, p, 53). O pobre/vítima acredita no outro pressupondo que o mesmo, tem sua base na consciência ética, no entanto, o opressor/rico cria sua consciência moral e a partir dela obtém a justiça vigente.

Contextualizando com o atual momento político brasileiro, podemos afirmar que a Consciência Ética representada pela vítima/pobre/população busca cotidianamente se contrapor a Consciência Moral representada pelos políticos/opressor/ricos, porém, as relatividades morais, que são as leis e normas criadas e instituídas pelos mesmos, contribuem para a efetivação de ações contra o pobre/vítima, por exemplo, as reformas trabalhistas e a possível reforma previdenciária. A consciência ética precisa compreender, “abarcar e propor ao mundo o horizonte vigente da interpretação” (DUSSEL, 1977a, p.33), onde a vítima/pobre percebe a manipulação praticada pela consciência moral do sistema vigente e liberte-se.

Se o pobre, se a classe dominada toma consciência do pecado, da dominação que se exerce sobre sua pessoa, sobre suas estruturas, sobre seu grupo; se esta classe explorada se coloca de pé, e exige seus direitos, realiza práticas de defesa de sua vida: quer dizer, atualiza, torna real, passa da “latência” à existência a luta de dominação que o pecado estabeleceu só então se pretende julgar a “luta de classes” como teoria, como pecado ético, como o que está além do “fato”, esquecendo-se que a luta do pobre se dirige contra o pecado, ao passo que a luta do rico é contra a pessoa do pobre. (DUSSEL, 1994, p. 190).

É preciso que a vítima se enxergue como vítima, e que passe a compreender que a consciência moral, habilita o rico/opressor/governantes a efetivar a opressão, e que a consciência ética é a ferramenta capaz de destituir essa guerra materializada no “ser que praticamente reduz o outro a não-ser”. (DUSSEL, 1977a, p. 61). A consciência ética é capaz sim de se sobrepor a consciência moral, e a metafísica como saber pensar o mundo desde a exterioridade alternativa do outro, é o caminho a ser explorado. Por isso a necessidade de identificar na obra dusselina o processo de libertação da vítima na categoria a seguir.

A “vítima” e seu processo de libertação

Para Dussel (1977) as vítimas (o não-ser, o diferente, o oprimido) englobam as mulheres, índios, negros, jovens, anciãos e todos os povos do terceiro mundo que são oprimidos pelo capitalismo a partir da mais valia, alienação do fruto e força de trabalho e que compõem a exterioridade. Porém, diante da complexidade de discutir tantos tipos de vítimas, destacamos então a mulher como objeto de análise e discussão.

As transformações históricas que aconteceram a partir das lutas femininas em busca de direitos iguais são inúmeras, da mesma forma que as conquistas, no entanto, ainda há muito que reivindicar para que haja equiparidade entre os sexos. Dussel discute pontos importantes no quesito “mulher” e aponta três campos de opressão e violência que são: a política, econômica e erótica.

Em ordem decrescente iniciaremos nossa contextualização pela perversão e injustiça do nível erótico que se denomina uxoricídio que “é a morte da mulher onde reina a ideologia machista, masculina, falocrática” (DUSSEL, 1977. P. 85). Atualmente o termo mais comum quando nos referimos à violência contra a mulher é o feminicídio (à discriminação, opressão, desigualdade e violência sistemática contra as mulheres, que, em sua forma mais aguda, culmina na morte⁵), que, no entanto, termina no mesmo objeto de estudo, ou seja, a mulher como vítima, o não ser.

As discussões acerca do papel feminino na sociedade são muito recentes diante de toda submissão vivida desde a origem humana. Na teologia, por exemplo, o fato de ser constituída a partir da costela de Adão é um fator relevante para que seja instituída a sua submissão. Histórica e cultural a partir do patriarcalismo de ser propriedade do pai e posteriormente do marido, cuja função era ser obediente, cuidadora do lar e reprodutora, preferencialmente de filhos varões, em se tratando da mulher burguesa. Quanto à mulher da periferia o destino era trabalhar como doméstica, serva, escrava sexual, objeto sexual, que proporcionava prazer ao outro, como afirma Dussel (1977^a,) que a “sexualidade é por natureza (cultural) masculina”, e por isso “é uma dominação política, econômica e cultural (DUSSEL, 1977^a, p.89). A mulher submissa, inferior e coisificada em todo o seu processo de construção histórica.

A mulher popular, a mulher da cultura periférica, acaba sofrendo assim um duplo embate, uma dupla violação: violada por ser uma cultura e nação oprimida, por ser membro de uma classe dominada, por ser mãe do sexo violentado. Mulher pobre dos pobres do mundo. Mulher índia, africana, asiática. Vítimas do imperialismo, da luta de classes, da ideologia machista (DUSSEL, 1977^a, p.90).

⁵ Conceito de Eleonora Menicucci ministra chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência (SPM-PR). Disponível em:< <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/femicidio/>> Acesso em 01 de out. 2017.

A opressão feminina perpassa a totalidade. Na erótica ela é objeto sexual, por ser o “não ser” o “não-falo”, e objeto de prazer do outro, econômica por ser submissa ao seu dono (marido), detentor de sua vida e seu proprietário e política por não dirigir sua vida, não ter voz e nem vez no sistema vigente que legitima sua submissão a exterioridade. Por ser oprimida na economia, erótica e política a mulher é ser fundante para a quebra dos paradigmas masculinos fortalecidos político-econômico-cultural e socialmente. Porém, sua libertação é factível.

A libertação da mulher será a libertação erótica que é o reconhecimento do seu ser que foi apropriado como objeto pelo falo masculino, e também será uma libertação econômica. Ela não será mais a serva gratuita do homem e sim uma companheira corresponsável pela edificação do seu lar que produzirá e colherá os frutos de seu trabalho sem alienação. E também uma libertação política, criando os seus filhos como iguais e distintos e proclamadores da justiça porque a libertação da mulher será por igual à libertação de toda a opressão. (CLARA, 2014, P. 25)

Para que essa libertação aconteça Dussel (1977) apresenta o método analético, destacando as áreas econômica, erótica e política como vimos anteriormente. Segundo Clara (2014, p. 26) “o método da analética é a negação do deus vigente através da afirmação do deus criador”, ou seja, transcender o sistema totalitário vigente. Para Dussel (1977a) a libertação acontece quando nos reconhecemos na face do irmão, na exterioridade, no ateísmo do sistema vigente. E por isso a mulher vítima e oprimida em todas as categorias (econômica, política e erótica) é um ser habilitado para exercer a negação do deus de dominação, de por em prática o antifetichismo e transcender em busca da libertação do povo “nação oprimida, os camponeses, a classe operária” (DUSSEL, 1977^a, p. 76-77).

Contextualizado com a evolução histórica conquistada pelos movimentos de mulheres ao longo das décadas, muitos direitos foram conquistados e instituídos legalmente. Os processos de exteriorização não se esgotaram, contudo, as lutas do movimento feminista continuam, visto que se trata de uma desconstrução histórica da mulher como ser inferior, objeto, coisa, “não ser” em todos os sentidos e por isso, o delongamento.

Segundo Carneiro (2003) ao longo das décadas o movimento feminista obteve êxito nos campos jurídico, sexual e político. No campo jurídico, relata o estatuto da mulher no Brasil, que mudou muito com a contemplação de 80% das propostas encaminhadas a Constituição

Federal de 1988, contribuindo assim para que a mulher ocupasse um lugar mais respeitado no mundo. Destacam-se ainda nesse cenário a criação do Conselho da Condição Feminina, as mudanças na luta contra a violência doméstica de privada para pública, com a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher (DEAM), abrigos para mulheres em situação de violência, entre outros. No campo da sexualidade as lutas propõe autonomia sobre seus corpos, em busca de prazer e o direito de ter filhos quando e se quiser, ou seja, direitos sexuais e reprodutivos. E ainda de não ser rotulada por comportamentos, roupas, etnia, gêneros, etc.

No campo político explicita a criação e aprovação do projeto que destina 20% das vagas para mulheres em partidos políticos, criado pela deputada Marta Suplicy, e por fim afirma que as no campo econômico as desigualdades salariais entre homens e mulheres na ocupação do mesmo serviço persistem, algumas evoluções são visíveis, porém ainda a muito que fazer para que a mulher se equipare ao homem em relação aos direitos. Por isso, acreditamos que a vítima (mulher) por sua exterioridade do sistema vigente e consequente opressão totalitarista, ira transcender a práxis dominadora e alcançar sua libertação e do outro.

Responsabilidade e Libertação para a formação humana

Uma educação que equipare as classes sociais é o mínimo que se pretende numa sociedade excludente e opressora. Gramsci (MANACORDA, 1990) defende a escola unitária, onde todos possam ter a mesma formação, e não, aos pobres formação técnica para o trabalho e aos burgueses formação intelectual e humana, como presenciamos cotidianamente no Brasil. O modelo educacional do sistema vigente deixa cada vez mais a periferia distante do centro, pois quanto maior a alienação, menor o número de vitimas para questionar a práxis de dominação e consequentemente a exclusão política, econômica, cultural e social. Ou seja, instituir a guerra que “é o ser que reduz o outro a não-ser; é a realização ultima da práxis de dominação: é a dominação do estado puro”. (DUSSEL, 1977a, p.61).

A proximidade é o primeiro passo para compreendermos a nossa responsabilidade como outro/vitima, visto que a mesma é a “anterioridade do anterior a todo o mundo” (DUSSEL, 1977a, p. 25); é ainda a “raiz de toda práxis e ponto de partida de toda

responsabilidade pelo outro”. (DUSSEL, 1977^a, p.28), responsabilidade essa que é o caminho para a libertação “é encarregar-se do pobre que se encontra na exterioridade diante do sistema”. (DUSSEL, 1977^a, p.66). Como podemos perceber tornar-se responsável pelo outro é se enxergar no mesmo como igual, é exercer a práxis de libertação, a partir da consciência ética. Dussel (1977) nos traz um conceito primeiro que comporta toda essa importância da reponsabilidade pela vitima para a libertação denominada comiserção que é:

É a pulsão alternativa ou de justiça metafísica; é o amor ao outro como outro, como exterioridade; amor ao oprimido, mas não em sua situação de oprimido, e sim como sujeito da exterioridade (somente a isso chamaríamos miséria; a traumática posição do livre, do outro, da pessoa, que foi reduzida a um instrumento no sistema). Descobrir o outro como outro e pôr-se-junto (con-) sua miséria, viver como própria a desproporção de ser livre e sofrer sua escravidão; ser distinto e alguém, e ao mesmo tempo ser só uma parte diferente interna; doer-se com a dor de tal cisão, é a posição primeira do ethos libertador. Não é a amizade, nem a fraternidade (dos iguais), mas o amor aos oprimidos em razão de sua dignidade como exterioridade. (DUSSEL, 1977, P 70)

No sistema capitalista em que vivemos e da plusvalia (DUSSEL a, 1977), preocupar-se com o outro é um exercício humano pouco praticado. Segundo Clara (2014, p. 52) “na exterioridade há um grito de liberdade contra o sistema-mundo que exclui”. O capitalismo e os seus meios de produção com sua disputa de mercado massacrante e a evolução tecnológica contribuem cada vez mais para o aumento da violência, exclusão, totalitarismo, repressão, dominação, alienação e ódio que para Dussel (1977).

É a perversão das tendências; é o auto-erotismo da totalidade e da exclusão da exterioridade. É a origem da patologia política e individual. A enfermidade política é o totalitarismo; a patologia pessoal é a psicose. Ambas são autocentradas e negam a alteridade; são tautológicas, perversas, autodestrutivas. O ódio é o desejo perverso que mantém unidas as partes estruturadas do todo totalizado (DUSSEL, 1977 a. p. 62).

Romper com os sistemas vigentes e sair do senso comum, do que todo mundo ver e os sentidos nos mostram é a passagem para saída da periferia com destino ao centro e sua conquista, buscando o desmantelamento do totalitarismo exercido pelo mesmo. Quando

falamos de libertação significa “simultaneamente, libertação das nações periférica e tomada do poder das classes populares, para organizar realmente a formação social e política”. (DUSSEL, 1977a, p.82). Caso contrário “se transformaria novamente numa ontologia ideológica, confusa, encobertadora, reformista e pequena burguesa”. (DUSSEL, 1977^a, p.82).

O processo de libertação defendido pela Filosofia e Práxis de Libertação é muito árduo, porém necessário para que a dominação e alienação deixem de exercer seu domínio sobre a vítima. A formação humana dentro desse transcurso não intercorre de forma ampla, visto que nenhum sistema de dominação possibilitará a construção de uma consciência ética, se a mesma não atende as necessidades dominadoras e fetichistas do opressor. Se a “Consciência Ética é a capacidade que se tem de escutar a voz do outro, palavra transontológica que irrompe de além do sistema vigente” (DUSSEL. 1977, P, 65), “o ser” não pretende em momento algum venerá-la. No entanto, explicitamos durante todo o percurso teórico, as trajetórias possíveis para a libertação da vítima do seu opressor.

Educação e Fetichização

A Fetichização é o processo pelo qual uma “totalidade se absolutiza, se fecha, se diviniza” (DUSSEL, 1977^a, p.102). A educação e o fetiche estão entrelaçados desde sua origem e não é possível que essa afirmação seja negada. Ou seja, como foi explicitado no início do trabalho os modelos educacionais brasileiros desde a implantação da escola a mais de duzentos anos atrás, sempre foram importado de países desenvolvidos, por isso, o insucesso educacional. Como poderia um modelo de primeiro mundo se adequar a realidade sofrida do povo brasileiro, que precisa trabalhar para sobreviver e paralelo a isso estudar.

Não estamos com isso, afirmando que o sistema educacional brasileiro é falido, no entanto, se ao invés de comprar modelos educacionais, fossem elaborados modelos de acordo com a realidade do país com dimensões geográficas e populacionais imensas como o nosso, talvez as disparidades de aprendizagem, de acesso e permanência nos espaços escolares não fossem desastrosas.

Uma segregação constante nas realidades educacionais brasileiras, que tendem a se fortalecer, visto que o sistema vigente e fetichista é o órgão que elabora, planeja, executa e controla os sistemas educacionais brasileiros. “O projeto de dominação pedagógica aniquila a

cultura das nações e classes oprimidas” (DUSSEL, 1977^a, p. 101). A educação formal é uma ferramenta utilizada pelo Estado para manter essa dominação capitalista. Segundo Mézáros (2008)

A educação formal não é a força ideologicamente primaria que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz de, por si só, fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir o “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa – ou mesmo mera tolerância- de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo, ou seja, a tarefa de romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana, seria um milagre monumental. (MÉSZÁROS, 2008, p.45)

A problemática que enquadra a escola formal, como instituição formadora de sujeitos críticos, reflexivos e transformadores dos contextos em que vivem é uma falácia, explicitada no projeto político pedagógico das instituições de ensino público. “Uma sociedade que impede a emancipação só pode transformar os espaços educacionais em shopping centers, funcionais à sua lógica do consumo e do lucro”. (MÉSZÁROS, 2008, P. 16.) Ou seja, “no reino do capital, a educação é, ela mesma, uma mercadoria”. (MÉSZÁROS, 2008, P. 16.). Mercadoria essa que nós clientes não podemos reclamar pela deficiência e ineficiência, visto que a gratuidade e o discurso de bondade de quem ofertam juntamente com o “estude pra ser gente” (dito popular) inviabiliza as reivindicações acerca de transformações a partir da práxis de libertação dusselina.

Para Dussel os ambientes escolares independente da modalidade ou etapa do ensino tem papel importante para a efetivação da práxis de libertação, no entanto, nesses espaços são estabelecidos todos os tipos e formas de alienação e opressão possíveis. Segundo Dussel “enquanto não se conseguir formar na própria práxis a consciência crítica de líderes populares, toda educação será elitista, dominadora” (DUSSEL, 1977^a, p.101). Infelizmente, é o tipo de educação (eurocentrista) a qual todos nos latino-americanos temos acesso, sejam nas metodologias, métodos, conteúdos, modelos educacionais e imposições culturais os colonizadores estão extremamente representados a partir da reprodução e efetivação do sistema de dominação. Para Dussel (1977a)

O Ethos da libertação pedagógica exige que o mestre saiba ouvir, no silêncio e com respeito, a juventude, o povo. Só do discipulado paciente e entusiasta do próprio mestre poderá emergir o juízo adequado da realidade na qual se encontra o povo. O discípulo, juventude e povo admitirão igualmente o mestre que em sua vida, em sua convivência, em sua humildade e serviço transmite a consciência crítica para afirmar os valores já existentes na juventude e no povo. A atitude de colaboração, convergente, mobilizadora, organizativa, criadora. A veracidade anti-ideológica é a atitude fundamental pedagógica: o descobrimento dos enganos do sistema, negação ou destruição daquilo que tal sistema introjetou no povo, construção afirmativa da exterioridade cultural. (DUSSEL, 1977a, p. 101-102).

A educação como podemos perceber não é a redentora dos oprimidos e desvalidos, porém é um caminho que o mestre pode utilizar para descontextualizar a cultura europeia em relação à da América Latina, provocando seus discípulos a observar as contradições existentes no que foi imposto pelos colonizadores e o que realmente fomos e somos histórico-cultural-social e politicamente. No entanto, essa tarefa não é fácil na contemporaneidade. Segundo Dussel (1977a)

Esta tarefa é hoje, na periferia, risco de morte, porque o homem crítico, enquanto enuncia um futuro mais justo, é o primeiro a ser eliminado, assassinado, encarcerado: é o testemunho daquilo que percebe. Sofreremos isso na própria carne, e sofrerem muitos colegas e companheiros. (DUSSEL, 1977a, p.102)

Com isso, afirmamos que esse modelo de educação do sistema vigente não emancipa e nem antifetichiza ninguém, mesmo que o discurso que circulam nas mídias seja de educação como direito de todos, ou de formação humana, ou integral, ou emancipadora na prática o que se tem é a educação bancária. Segundo Freire (2016)

A narração, de que o educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em “vasilhas”, em recipientes a serem “enchidos” pelo educador. Quanto mais vá “enchendo” os recipientes com seus “depósitos”, tanto melhor educador será. Quanto mais se deixem docilmente “encher”, tanto melhores educadores são. [...] na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro. (FREIRE, 2016, p.104-105)

A alusão aos teóricos citados é de suma importância para problematizarmos o papel desempenhado pela educação nas instituições públicas contemporâneas. A educação e as formas de educar não são redentoras das mazelas do mundo, mas devem ser ferramentas capazes de sociabilizar informações relevantes para os processos de libertação das periferias e conseqüentemente a construção de uma nova realidade.

A exterioridade a que pertencem às periferias deve ser descortinada a ponto dos mesmos se enxergarem fora do contexto do centro e buscar conquistar, uma nova ordem social que não negue a exterioridade do outro. Sabemos que existem sujeitos que compreende sua exterioridade e que tenta romper com as barreiras existentes entre a periferia e o centro, e, no entanto, não conseguem. A libertação é um processo que deve acontecer a partir do rompimento do sujeito alienação e construção do sujeito ontológico, que se transforma que transcende. Ou seja, “o face-a-face estão frente a frente, um eu e um tu, igualmente pessoais, sendo a distinção e não a totalidade do mesmo, o ponto de partida. O reconhecimento do rosto da alteridade é o reconhecimento de sua distinção, é a escuta da sua voz.” (CLARA, 2014, p.53).

Com isso, afirmamos que a educação é um caminho para que os processos de alienação sejam derrubados, porém, carece de sujeitos que se enxerguem na sua exterioridade e revele para os outros sujeitos da exterioridade a ideologia do sistema vigente, e suas formas de manutenção da fetichização. A filosofia da libertação propõe o antifetichismo, o descortinamento, a desalienação, o olhar para o outro como outro e não como vítima. Ou seja, uma educação que liberte ao invés de aprisionar.

Considerações finais

Percebemos ao longo de nossas discussões acerca da Filosofia da Libertação de Enrique Dussel, que o caminho a ser trilhado pela periferia até o centro em busca da libertação é um tanto laborioso, mas possível de ser trilhado. E para isso, requer posicionamentos e atitudes oriundas de quem vivem na exterioridade, mas principalmente de quem se enxerga como sujeito da mesma e para isso a práxis de libertação que almeja um sistema social mais justo e com novos horizontes deve ser inserida.

Sabemos que o sistema vigente (capitalismo, totalitarismo, patriarcalismo, etc.) é muito opressor e mesmo com tantos embates para que o processo de libertação aconteça à alienação imposta pela ideologia das classes dominantes ainda reina. Todos os processos produtivos, educativos, sociais e culturais são revestidos de imposição eurocêntrica ainda oriundas da colonização e acrescidas da superioridade intelectual, administrativa e econômica que a Europa juntamente com outras grandes potências, exercem sobre os países subdesenvolvido, principalmente os latinos, em especial o Brasil, devido as grandes riquezas naturais existentes.

Por isso a luta para a libertação é árdua e constante, devendo ser feita incansavelmente. Isso não quer dizer que a libertação é algo impossível, mas requer ação meticulosa, trabalho de formiguinhas, de feitiço constante para que se torne permanente. Daí a necessidade em apresentarmos conceitos dusselino que melhor nos mostra as especificidades do processo de libertação da práxis dominante, da consciência moral, do fetichismo e da alienação da “vítima”.

Os estudos e leituras das obras de Enrique Dussel em relação à América Latina, mais especificamente Brasil, contribuem para que possamos compreender o processo de opressão a qual somos submetidos desde a colonização. Comungamos de teorias, leis, normas e imposições oriundas do “centro”, como detentores dos saberes supremos e essenciais a toda e qualquer “periferia”.

A exterioridade nos faz enxergar o que acontece dentro desse sistema opressor ao possibilitar o descortinar da vítima, o antifetichizar, o desalienar a partir da consciência ética, que nos conduz ao sentido ontológico da libertação, que concede para a vítima a transcendência. Por isso, se faz importante à discussão, disseminação e compreensão da Filosofia da Libertação nos processos educacionais, políticos, culturais, econômicos e sociais.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Gustavo. **A questão da organização**. Disponível em:< <http://seculodiario.com.br/25514/17/enrique-dussell-e-a-filosofia-latino-americana> > Acesso em 15 de out. 2017.
- _____. **O sistema-mundo**. Disponível em:< <http://seculodiario.com.br/25514/17/enrique-dussell-e-a-filosofia-latino-americana> > Acesso em 15 de out. 2017.
- _____. **Sobre as possibilidades da práxis de libertação**. Disponível em:< <http://seculodiario.com.br/25514/17/enrique-dussell-e-a-filosofia-latino-americana> > Acesso em 15 de out. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto (MEC). Secretária da Educação Básica (SEB) **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica** (DNCEB). Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto (MEC). **Base Nacional Comum Curricular** (BNCC). Brasília: MEC, UNDIME, CONSED, 2017.
- _____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) - Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). **Atlas da Violência 2017**. Rio de Janeiro- 2017.
- CARBONARI, P; COSTA, J. MACHADO, L. (Org.). **Filosofia e libertação**: homenagem aos 80 anos de Enrique Dussel. Passo Fundo: IFIBE, 2015 (Coleção Temáticas filosóficas; v. 8), 367p.
- CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento**. Estudos Avançados 17(49.) 2003. (P.117-132).
- CASTRO, Susana de. **Filosofia e gênero**. 1. ed. - Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.
- CLARA, Nilton da Silva Santa. **Enrique Dussel**: Filosofia, teologia e libertação. São Paulo: Fonte editorial, 2014.
- DUSSEL, Enrique. **Ética Comunitária**. Série III: A libertação na História. 3ª. Petrópolis, Vozes, 1994
- _____. **Filosofia da Libertação na América Latina**. Piracicaba: UNIMEP; São Paulo: Loyola, 1977 a.
- _____. **Filosofia da Libertação**: crítica à ideologia da exclusão. São Paulo: Paulus, 2015.
- _____. **Método para uma Filosofia da Libertação**. São Paulo: Loyola, 1986.
- _____. **Para uma ética da libertação latino-americana III**: erótica e pedagógica. Piracicaba: UNIMEP; São Paulo: Loyola, 1977b.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 60ª ed. - Rio de Janeiro Paz e Terra, 2016.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.
- LEVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Lisboa-Portugal: edições 70, 1980. (p. 21-67)

LIMA, Walter Matias. **Modelo de artigo científico de conclusão de Especialização**. Organizado em junho de 2017. Adaptado pela professora Elizabete Amorim em julho de 2017.

MANACORDA, M.A. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.

MATOS, H. A. **Uma Introdução à Filosofia da Libertação Latino-Americana de Enrique Dussel**. Livro eletrônico gerado a partir do trabalho de conclusão de curso apresentado à universidade Metodista de São Paulo, sob a orientação de Daniel Pansareli. São Paulo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2ª ed. - São Paulo: Boitempo, 2008.

SALES, Omar Lucas Perrout Fortes de. **Ética da Libertação de Enrique Dussel: implicações sobre a globalização atual e a fé cristã**/ Omar Lucas Perrout Fortes de Sales. - Belo Horizonte, 2007.

SILVA, José Vicente Medeiros da. **Ética material da vida e responsabilidade pelo outro em Enrique Dussel** /José Vicente Medeiros da Silva. –João Pessoa, 2012. (190p).

_____. **Filosofia, responsabilidade e educação em Enrique Dussel**. Perspectiva Filosófica, Recife, v. II, n.38, ago./dez. 2012.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. 3ª ed. Maceió: Edufal. 2016.